

Saulo não vê empecilho ao candidato

“Se a lei permite, é porque é moral, é legal e está dentro da ordem democrática”. Com simplicidade, o ministro da Justiça Saulo Ramos rechaçou a polêmica em torno da candidatura de última hora do empresário e apresentador de TV Sílvio Santos à Presidência da República. Para o ministro, cabe agora ao Tribunal Superior Eleitoral julgar efetivamente a elegibilidade do aspirante pelo PMB. Saulo questiona também o impedimento a concessionários do serviço público de se candidatarem e lembra que a lei que atinge Sílvio “foi editada pela ditadura militar e é antidemocrática. Se Marronzinho pode concorrer, porque Sílvio não pode”?, pergunta.

Saulo Ramos não se arrisca a prognósticos — “o povo é uma caixinha de supresas” —, mas frisa que se os resultados do pleito não se coadunarem com as pesquisas de opinião, deve-se apurar depois qual foi o motivo do erro. Lembra a eleição de Jânio Quadros à prefeitura de São Paulo, quando os levantamentos de intenção de voto apontavam uma vantagem de 7

pontos percentuais para o candidato Fernando Henrique Cardoso. “Deve-se verificar se houve erro de métodos ou se foi um erro doloso”. Mas o ministro compartilha da empolgação nacional com as eleições e, apesar de não assistir mais o horário eleitoral na TV, vê “com alegria a consolidação do estado de direito”.

Sobre o acirramento dos ânimos nos comícios da reta final da campanha, o ministro da Justiça faz um alerta:

— É lamentável. Eu quero um país civilizado para os nossos filhos e netos; que debata idéias e programas; que possa ter as suas ideologias contrárias. Isso é que é bonito na democracia. É preciso que se defenda programas e não que um irmão bata no outro.

Para Saulo, é importante ressaltar ainda o trabalho de consolidação democrática do presidente José Sarney. “Pode se dizer o que quiser do presidente, mas há uma unanimidade nacional a respeito da liberdade. Nós nunca usufruímos tanta liberdade política como agora”, defende.

Mas como o jurista analisa os

poderes do próximo presidente diante da nova ordem constitucional?

— Os poderes do presidente estão reduzidos com nova Carta. Isso resultou num certo equilíbrio entre os poderes Executivo e Legislativo e é preciso que agora o Congresso Nacional faça menos política e mais leis. Mas a grande dificuldade que vejo é que o processo legislativo brasileiro, com a nova Constituição, ficou lento e complicado. Além disso, há a crônica doença nacional de os nossos parlamentares não terem muita obsessão por trabalhar em demasia. São lentos.

Nos próximos dois anos teremos mais duas eleições. Isso pode atrapalhar o governo do próximo presidente?

— Quanto mais eleições se realizarem, melhor para o exercício da democracia. No ano que vem teremos eleições para governador e deputado. O cidadão que não estiver satisfeito com o trabalho do seu deputado tem a grande oportunidade de renovar a Câmara. O mais importante é que o novo Congresso terá o poder de rever artigos da Constituição.